



SISTEMA MINEIRO DE AVALIAÇÃO E EQUIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA (SIMAVE): PERCEPÇÕES DOCENTES NA REGIÃO DOS INCONFIDENTES (MG)

Valerie Christine Folegatti Poubel¹ - João Vitor Reis de Moraes² - Denilson Junio Marques Soares³

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender as percepções de professores da educação básica de Minas Gerais sobre o Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE). Para tanto, aplicou-se um questionário estruturado a 234 docentes da Região dos Inconfidentes (MG), articulando, na análise, procedimentos de estatística descritiva e de análise de conteúdo temática. Os resultados indicam que, em todos os itens avaliados, as médias permaneceram abaixo do ponto médio da escala, evidenciando baixa apropriação e limitada efetividade percebida em relação aos aspectos avaliados. A partir dos comentários espontâneos, emergiram três categorias centrais: a desconexão com a prática docente, as fragilidades na devolutiva e na formação e o reconhecimento parcial do potencial diagnóstico da avaliação. Conclui-se que os professores manifestam posturas predominantemente críticas em relação ao sistema, não rejeitando a avaliação em si, mas a forma tecnocrática com que é conduzida e a ausência de escuta qualificada. Defende-se, assim, que políticas avaliativas mais eficazes devem incorporar a participação ativa dos docentes, valorizando seus saberes, experiências e o diálogo como princípios orientadores de uma cultura avaliativa formativa e democrática.

Palavras-chave: Avaliação Educacional; SIMAVE; Percepção Docente; Escuta na Educação.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação educacional em larga escala consolidou-se, nas últimas décadas, como instrumento central das políticas públicas voltadas ao monitoramento da qualidade e à regulação dos sistemas de ensino. No entanto, seu avanço técnico não foi acompanhado por igual enraizamento pedagógico nem pela escuta dos docentes, principais mediadores do processo educativo. Esse tensionamento manifesta-se de forma evidente no Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública (SIMAVE), política avaliativa criada no início dos anos 2000

¹ Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia do IFMG Campus Ouro Preto

² Estudante do Curso Técnico Integrado em Metalurgia do IFMG Campus Ouro Preto

³ Doutor em Educação, Professor no Instituto Federal de Minas Gerais Campus Ouro Preto



e atualmente estruturada em diferentes programas e instrumentos (como o PROEB, o PROALFA e as avaliações diagnóstica, intermediária e de fluência), com a finalidade de subsidiar o planejamento pedagógico e orientar políticas baseadas em evidências.

Apesar de seu desenho sofisticado, o SIMAVE revela limites quando a dimensão técnica se sobrepõe às dimensões política e comunicativa. Como destaca Freire (2014), todo processo educativo é dialógico, e a ausência de escuta docente compromete a legitimidade epistemológica e ética das políticas avaliativas.

Este estudo, portanto, analisa as percepções de professores da educação básica de Minas Gerais sobre o SIMAVE, a partir de um questionário estruturado e de comentários espontâneos. Parte-se do entendimento de que políticas avaliativas mais justas e formativas devem incorporar a participação crítica dos educadores, articulando técnica e ética, gestão e práxis, política pública e projeto emancipador de educação.

2 METODOLOGIA

O estudo adota uma abordagem metodológica mista, de caráter descritivo e analítico, voltada à compreensão das percepções de professores da educação básica da Região dos Inconfidentes, em Minas Gerais. Para tanto, aplicou-se um questionário estruturado, composto por questões sociodemográficas e dez itens avaliativos derivados da pergunta geral “Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 muito ruim e 5 muito bom, como você avalia o SIMAVE considerando os itens abaixo?”. O instrumento foi respondido por 234 docentes e incluiu ainda um espaço para comentários abertos, utilizado livremente por 52 participantes.

As respostas quantitativas foram tratadas por meio de estatísticas descritivas, com o objetivo de identificar tendências gerais nas percepções docentes acerca do sistema. Já os comentários abertos foram analisados com base na técnica de análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2011), o que possibilitou a construção de categorias interpretativas que evidenciam percepções recorrentes, tensões e posicionamentos críticos em relação ao SIMAVE.

3 RESULTADOS

Os resultados revelam percepções predominantemente negativas por parte dos docentes em relação ao SIMAVE, com todos os itens avaliados abaixo do ponto médio da escala (3), apresentando médias que variaram entre 2,45 e 2,95. O item com melhor avaliação foi “os



componentes curriculares avaliados no SIMAVE” (2,95), o que sugere uma percepção relativamente mais favorável quanto ao alinhamento entre os conteúdos cobrados e o currículo escolar vigente.

Em contraste, os menores índices foram observados nos itens “a formação ofertada pelo Estado com foco no SIMAVE” (2,45) e “o uso dos resultados do SIMAVE para a formulação de políticas públicas estaduais” (2,58), evidenciando uma percepção docente de fragilidade tanto na mediação pedagógica quanto na retroalimentação sistêmica da avaliação.

A análise qualitativa das manifestações dos docentes no item aberto permitiu identificar três categorias principais que expressam distintos modos de significação do SIMAVE no cotidiano docente.

A primeira categoria, distanciamento e desvalorização da prática docente, expressa críticas à falta de sintonia entre o sistema avaliativo e as condições concretas de ensino nas escolas. As falas revelam o sentimento de que o SIMAVE atua de forma impositiva e externa à realidade pedagógica, gerando pressão sobre os professores e atribuindo-lhes responsabilidade individual pelos resultados obtidos.

“Serve para coagir os professores, pois seus resultados interferem nas progressões e nem sempre condizem com o dia a dia da sala de aula.”

“O SIMAVE não avalia adequadamente os conteúdos ministrados na escola. Parece vir pronto e descolado da nossa realidade.”

A segunda categoria, limitações na operacionalização e no uso pedagógico da avaliação, evidencia percepções de ausência de retorno consistente sobre os resultados, falta de formação específica para o uso dos dados e incertezas quanto à confiabilidade e aplicabilidade das informações produzidas. Tais fragilidades indicam uma lacuna entre a produção dos dados avaliativos e sua efetiva apropriação pelas escolas.

“Falta formação para que possamos de fato utilizar os dados do SIMAVE de maneira pedagógica.”

“É muito importante avaliar continuamente o desempenho dos alunos, mas não recebo retorno de nenhuma dessas avaliações.”



Por fim, a terceira categoria, reconhecimento parcial do valor da avaliação, embora menos recorrente, reúne manifestações que destacam o potencial do SIMAVE como instrumento de diagnóstico e acompanhamento da aprendizagem, desde que seus resultados sejam devolvidos às escolas e trabalhados de forma reflexiva e contextualizada.

“A meu ver, faz-se necessário avaliar os discentes e ter um diagnóstico da aprendizagem. O SIMAVE é importante para isso.”

“No geral, essas atividades adquirem importância significativa para o diagnóstico, desde que tenhamos acesso e tempo para refletir sobre elas.”

“O SIMAVE pode ser uma boa ferramenta de acompanhamento, desde que os resultados sejam efetivamente discutidos com os professores.”

Essas três categorias revelam uma ambivalência expressiva nas percepções docentes: de um lado, críticas contundentes ao modelo de implementação e aos efeitos do sistema sobre a prática escolar; de outro, o reconhecimento de que a avaliação pode cumprir papel relevante, desde que sustentada por escuta, formação continuada e apropriação crítica dos resultados.

4 CONCLUSÃO

A análise das percepções docentes sobre o SIMAVE permite compreender que, apesar de seu potencial para subsidiar políticas públicas e promover o acompanhamento da aprendizagem, o sistema ainda carece de legitimidade junto aos professores. Embora parte dos respondentes reconheça o valor diagnóstico da avaliação, prevalece uma visão crítica quanto à sua efetividade pedagógica e ao distanciamento em relação ao cotidiano escolar.

A avaliação é frequentemente percebida como um mecanismo burocrático, com pouca devolutiva e escassa contribuição para o planejamento do ensino. Essa leitura converge com Freitas (2013), ao indicar que as avaliações em larga escala, quando desvinculadas da prática docente, tendem a assumir caráter regulatório mais do que formativo. Também dialoga com Araújo e Soeiro (2014), que destacam os efeitos de *violência simbólica* de políticas que desconsideram os saberes e tempos da docência.

Assim, ainda que haja certo reconhecimento do valor diagnóstico do SIMAVE, sua legitimidade permanece comprometida pela ausência de escuta, formação e apropriação crítica dos resultados, dimensões que, conforme sustenta Freire (2014), são essenciais para que a



avaliação cumpra um papel emancipador no processo educativo. Nesse sentido, fortalecer a dimensão formativa, a participação docente e o retorno pedagógico dos resultados constitui um passo fundamental para que políticas avaliativas se tornem, de fato, instrumentos de aprendizagem, reflexão e transformação da prática educativa.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. J. C. do N.; SOEIRO, E. M. O Estado avaliador e a violência simbólica do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem do Acre (SEAPE). **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 14, p. 137–151, jan. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREITAS, L. C. **Caminhos da avaliação de sistemas educacionais no Brasil: o embate entre a cultura da auditoria e a cultura da avaliação**. In: *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: origens e pressupostos*. Florianópolis: Insular, 2013. p. 147–176.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Sistema Mineiro de Avaliação e Equidade da Educação Pública – SIMAVE**. *Revista da Rede*, Juiz de Fora, v. 2, 2022.

OLIVEIRA, L. X.; FRANÇA-CARVALHO, A. D.; TAVARES, A. M. B. N. Política de responsabilização escolar (accountability school) e formação de professor: cenários e atores na avaliação educacional brasileira. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, p. 2049–2065, 2020.